

- 1-Antropólogo refuta a possibilidade de que reserva indígena ameace a Defesa e Segurança nacional brasileiras
- 2-Participação brasileira no Haiti será restrita à manutenção da paz no país
- 3-Carta de Jango e queda da Frente Ampla são comentadas em série do resgate histórico do Golpe de 64
- 4-Brasil pretende aumentar competitividade no mercado externo de materiais de Defesa
- 5-Atuação do Exército no Rio é descartada por Viegas
- 6-Anônimo denuncia a existência de cemitério militar no Pará
- 7-Ministro da Defesa do Brasil diz que a fusão entre a Varig e a TAM pode não se concretizar
- 8-Ministra chilena da Defesa visita o Brasil e discute atuação no Haiti
- 9-Ministro da Defesa brasileiro apóia cooperação internacional
- 10-Avião da FAB localiza barco onde estão os presos foragidos de Fernando de Noronha
- 11-Conferência prevê cooperação nas Américas contra tráfico de armas
- 12-Ministra colombiana afirma que guerrilheiros movimentam-se em território brasileiro
- 13-Sindicato defende que aviação deixe de ser responsabilidade dos militares
- 14-Coluna opinativa traz análise a respeito do desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil
- 15-Presidente Lula empossa membros do Conselho da República
- 16-Três fuzileiros navais são presos sob suspeita de furtar armas no Rio de Janeiro
- 17-Terminam sem sucesso as buscas por ossadas de guerrilheiros do Araguaia
- 18-Ministro da Defesa se pronuncia sobre licitação de caça

Antropólogo refuta a possibilidade de que reserva indígena ameace a Defesa e Segurança nacional brasileiras

Baseado em documentos que foram veiculados pela imprensa, atribuídos aos órgãos de inteligência das Forças Armadas, o antropólogo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, João Pacheco de Oliveira, atacou a idéia de que a criação da reserva indígena de Raposa/Serra do Sol ameaçaria a segurança nacional. A reserva, que ocupa mais de 50% do território do estado de Roraima, foi criada recentemente pelo governo Lula. Argumenta-se nos referidos documentos que os indígenas poderiam “causar prejuízos para a segurança do país, para o desenvolvimento da região, além do risco de grave conflito”. Tal idéia foi refutada pelo antropólogo, embasando-se em afirmações feitas por marechal Rondon, general Schroeder Lessa – ex-comandante militar da Amazônia – e representantes da diplomacia brasileira, que desconstróem os argumentos que, para ele, são preconceituosos e xenófobos. O antropólogo esclareceu que Rondon, merecedor de respeito como profundo conhecedor dos sertões, já considerava os índios como perfeitos guardiões das fronteiras. Adicionado a isso, para refutar a idéia de que os povos indígenas pretendem formar um Estado próprio com apoio de organismos internacionais pró-internacionalização da Amazônia, ele se remete a afirmações do corpo diplomático e do general Lessa. Por um lado, segundo o corpo diplomático, a internacionalização da Amazônia

nunca foi tratada em qualquer instância internacional, e por outro, de acordo com Lessa, a demarcação de uma reserva indígena em nada limita a ação das Forças Armadas em suas atividades de Defesa. João Pacheco de Oliveira ressalta, por fim, que principalmente no caso de Roraima, estado em que será criada a reserva Raposa/Serra do Sol, os índios foram fundamentais no estabelecimento dos limites atuais da região. (O Globo – Prosa & Verso – 06/03/04).

Participação brasileira no Haiti será restrita à manutenção da paz no país

Foi esclarecido qual será a função do contingente militar brasileiro deslocado para o Haiti. Os jornais veicularam que as forças enviadas trabalharão única e exclusivamente para a manutenção da paz no país, e não para realizar investidas em seu território. Em entrevista ao jornal *O Globo*, o ministro da Defesa brasileiro, José Viegas Filho reforçou a idéia supramencionada, e ainda disse que pretende mobilizar, dentro das possibilidades das Forças Armadas brasileiras, o máximo possível de recursos para os trabalhos no Haiti. Além disso, esclareceu que por comandar uma força de paz a serviço das Nações Unidas, o Brasil será ressarcido pela mobilização da mesma. Os 50 militares que ainda trabalham no Timor Leste foram lembrados pelo ministro, uma vez que o compromisso brasileiro com a manutenção da paz no mais novo país do globo poderá ser renovado em breve. A *Folha de S. Paulo* afirmou que a participação brasileira no Haiti “está longe de garantir a sua reivindicação de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas”, uma vez que “as perspectivas de mudanças desse porte na ONU são ainda tão incertas quanto as vantagens decorrentes da reivindicação brasileira”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 06/03/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/03/04; O Globo – O Mundo – 06/03/04).

Carta de Jango e queda da Frente Ampla são comentadas em série do resgate histórico do Golpe de 64

Dando continuidade à série sobre o golpe de 64, o *Jornal do Brasil* publicou uma carta de Jânio Quadros criticando o regime então instaurado. Classificou o novo governo como “ficticiamente constitucional”, e condenou a política econômica que estava sendo adotada. O presidente deposto se defendeu de acusações de que seu governo era anti-constitucional, corrupto e subversivo. Além disso, no jornal, foi também abordada a gênese e a derrocada da Frente Ampla, que foi, segundo o colunista Wilson Figueiredo, um dos últimos suspiros da democracia. Nesta coluna foi posteriormente apontada a radicalização da oposição, que tendo em vista o fechamento do regime, em 68, passou a “recrutar” jovens da classe média e praticar pequenos confrontos e seqüestros, rompendo qualquer possibilidade de negociação entre a ditadura e a oposição. (Jornal do Brasil – Brasil – 07/03/04)

Brasil pretende aumentar competitividade no mercado externo de materiais de Defesa

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Brasil intenta ampliar a exportação de material bélico atualmente. Tal observação partiu de uma afirmação do sociólogo americano Peter Weiser, da Universidade do Maine, especialista em análise de mercados alternativos de material militar. Segundo Weiser, o país só teria abandonado uma postura de “inapetência” para a condução de negócios na

área de defesa a partir da formação de um catálogo institucional, o Diretório da Indústria de Defesa, que lista mais de 374 itens produzidos pela indústria nacional. A dita “inapetência” foi relacionada aos governos Collor, Itamar Franco e ainda ao de Fernando Henrique Cardoso. Afirmou o sociólogo que foram necessários apenas um ano e um embaixador, que seria José Viegas Filho, para perceber a “importância estratégica do setor”, e organizar em formas de debates e seminários com a intenção de se criar uma “cultura de defesa nacional”. O jornal declarou por fim que o presidente Fernando Henrique Cardoso, “pouco interessado pelo assunto, homem de natureza conciliadora e defensor da intervenção pela via diplomática” determinou um período de congelamento das atividades da indústria bélica, só passando a atribuir maior importância ao tema após os atentados do 11 de setembro, quando veio a tomar “conhecimento do pesado jogo da guerra, seus objetos e objetivos”. Segundo o que foi também noticiado pelo jornal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não havia sido informado pelos comandantes das Forças Armadas a respeito da crise qualitativa de equipamentos militares, que já era relatada ao Palácio do Planalto desde o governo Cardoso. Os militares, por sua vez, “disciplinados, trataram de executar seu trabalho da melhor maneira possível” até que a situação se tornasse insustentável. Acrescido a estas informações foi veiculado também que o governo atual pretende melhorar o perfil do orçamento militar, uma vez que o contingente disponível para o ano corrente é da ordem de R\$ 4,1 bilhões, menor que o de 2003, mas que dificilmente sofrerá cortes. O Estado informou que o Ministério da Defesa defendeu uma mudança na lei para aumentar a participação da indústria brasileira nas compras de material bélico realizadas pelo governo federal por meio de licitações internacionais. A lei atual garante a transferência de tecnologia. Porém, não permite a exclusão de grupos estrangeiros da concorrência. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/03/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/03/04).

Atuação do Exército no Rio é descartada por Viegas

Segundo noticiou a *Folha de S. Paulo*, o Ministro da Defesa, José Viegas Filho, descartou a atuação do Exército para controlar a onda de violência no Rio que se iniciou no final de semana (05). De acordo com o Ministro, os resultados esperados pela população com o Exército nas ruas não seriam os desejados, uma vez que as Forças Armadas não são treinadas para esse tipo de trabalho. Acrescentou que esse assunto compete à polícia e ao Ministério da Justiça. Assaltos, emboscadas e confrontos entre criminosos e a polícia deixaram 12 pessoas mortas entre a noite de sexta-feira (05) e a tarde de sábado (06). (Folha de S. Paulo - Cotidiano – 08/03/04; Jornal do Brasil – Brasil – 09/03/04).

Anônimo denuncia a existência de cemitério militar no Pará

Conforme noticiou a *Folha de S. Paulo*, um documento anônimo de 2001 denunciou a existência de um cemitério clandestino em uma área militar no estado do Pará. Especula-se que este local abrigue atualmente ossadas antes enterradas em outros lugares. O autor da denúncia declara ser um sargento que combateu os militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na guerrilha. Ele afirma ter participado da matança de guerrilheiros e da chamada “Operação Limpeza”, que supostamente removeu e queimou, em 1975, as ossadas dos guerrilheiros

assassinados. De acordo com o documento, as ossadas estão alocadas na Base de Selva Cabo Rosas, próximo à rodovia Transamazônica, no município de Marabá. O jornal informou ter encaminhado a denúncia ao Ministério Público Federal, que teria encaminhado o caso aos ministérios da Justiça, da Defesa, à Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e à Advocacia Geral da União. O procurador Marlon Wichert disse que o Comando Militar da Amazônia preferiu não se pronunciar a respeito do caso devido ao fato do documento não ser assinado. O Centro de Comunicação Social do Exército nega que a área tenha sido cenário de combate à guerrilha na década de 70. (Folha de S. Paulo – Brasil – 09/03/04).

Ministro da Defesa do Brasil diz que a fusão entre a Varig e a TAM pode não se concretizar

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, defendeu que haja algum tipo de união entre as companhias de aviação civil Varig e TAM, ainda que não seja a fusão das mesmas. Desde que as duas empresas assinaram um acordo operacional que possibilitaria no futuro uma fusão, o governo, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) vem estimulando sua fusão. Porém, tal fusão encontra um obstáculo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que analisa possíveis prejuízos aos usuários. Viegas afirmou não ser contra a posição do órgão, e disse apenas que o Ministério da Defesa tem uma visão mais ampla acerca do assunto e tem que harmonizar outros assuntos correlatos. (Folha de S. Paulo - Dinheiro – 09/03/04; Jornal do Brasil – Brasil 09/03/04).

Ministra chilena da Defesa visita o Brasil e discute atuação no Haiti

A ministra chilena da Defesa, Michelle Bachelet, visitou o Brasil nesta semana a convite do ministro da Defesa do Brasil, José Viegas Filho. Ela chegou ao país na terça-feira, dia 9 de março, sendo recebida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por autoridades do Exército Nacional. Durante este encontro, o governo brasileiro acertou com a ministra Bachelet que as Forças Armadas dos dois países irão compartilhar informações durante a operação de paz no Haiti, pois o Chile que já está participando da primeira fase da operação, deverá repassar informações do conflito ao Brasil, que entrará somente na segunda fase. Na mesma data, a ministra visitou o Comando Militar da Amazônia, o Centro de Vigilância Aérea, o batalhão da Selva em São Gabriel de Cachoeira e outras áreas militares. O sub-secretário de Guerra, Gabriel Gaspar, e o chefe de Estado-Maior da Defesa Nacional do Chile, o general Juan Carlos Salgado, acompanharam a ministra na viagem. Na quarta-feira dia 10 de março, Bachelet foi a uma exposição no Instituto Rio Branco e, depois, a uma reunião com o ministro da Integração Nacional do Brasil, Ciro Gomes. Por fim, passou a sexta-feira, dia 12, em São Gabriel de Cachoeira para conhecer as instalações do Batalhão de Selva. No mesmo dia, embarcou para Santiago, capital do Chile. A secretária de Estado está entre os nomes mais cotados do partido governista Concertación para as eleições presidenciais de 2005. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/03/2004; O Globo – Mundo – 10/03/04).

Ministro da Defesa brasileiro apóia cooperação internacional

De acordo com a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, anunciou nesta semana que a construção de um novo Veículo Lançador de Satélites (VLS) contará com cooperação internacional. Segundo a *Folha*, autoridades brasileiras e russas já estão discutindo um acordo que determina um trabalho de 20 meses para uma nova tentativa de lançamento do VLS. Nos quatro primeiros meses deve haver um trabalho de revisão crítica do projeto, na qual os russos poderão sugerir alterações em elementos do veículo. Em uma segunda etapa, os elementos para o lançamento deverão ser continuamente preparados, totalmente sob supervisão russa. Esta é a forma encontrada pelo governo brasileiro para repor as perdas e corrigir os problemas do programa a tempo de possibilitar um novo lançamento em 2006. O relatório de investigação da explosão do VLS em agosto do último ano já está concluído e será divulgado pelo governo na próxima semana, segundo o ministro Viegas. A Agência Espacial Brasileira, que, de acordo com o jornal, deveria dirigir as atividades do programa espacial, não teve participação nas negociações realizadas pelo Ministério da Defesa entre Brasil e Rússia para o desenvolvimento do quarto protótipo brasileiro do VLS. Acerca do processo de concorrência para a aquisição de 12 caças pelo governo brasileiro, o *Jornal do Brasil* informou que, segundo o ministro da Defesa, caso a licitação não seja vencida pela Empresa Brasileira de Aviação (Embraer), o governo incentivará a contratação da mesma para o préstimo de serviços específicos à concorrente vencedora. Ainda segundo este mesmo jornal, o ministro reiterou a importância da integração entre as Forças Armadas na América do Sul e se mostrou inclinado a fornecer dados obtidos pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) aos países da região. (*Folha de S. Paulo – Ciência – 09/03/04; Jornal do Brasil – Brasil – 09/03/04; O Globo – O País – 10/03/04*).

Avião da FAB localiza barco onde estão os presos foragidos de Fernando de Noronha

Um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) localizou o barco onde estavam os dois presos foragidos da cadeia de Fernando de Noronha a 80 milhas náuticas de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Um navio da Marinha está se dirigindo para o local em que o barco foi encontrado, a fim de resgatar os fugitivos e entregá-los à polícia do estado. (*O Globo – Plantão -10/03/04*)

Conferência prevê cooperação nas Américas contra tráfico de armas

Encerrou-se, neste dia 09, a 1ª Conferência da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições e Explosivos (Cifta), realizada em Bogotá, na Colômbia. Esta Convenção foi adotada pelos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1997, os quais se comprometeram em fortalecer a cooperação em relação ao combate à fabricação e ao tráfico ilícito de armamento no continente. Participaram do encontro representantes de 22 países do continente, entre autoridades policiais, judiciais e militares, da OEA e da Organização das Nações Unidas (ONU) que, ao final, assinaram a Declaração de Bogotá. O documento reitera a necessidade urgente de impedir, combater e erradicar a fabricação e o tráfico de armas de fogo,

munições e explosivos, devido aos efeitos nocivos dessas atividades para a segurança de cada país e da região. Durante o encontro, os participantes definiram que trabalharão em grandes áreas, como a cooperação e o intercâmbio de experiências, assistência jurídica mútua, autorização para a expedição de licenças de importação e destruição de excedentes. Bem como, pretendem atuar em conjunto com organismos de inteligência para detectar as rotas e detectar as máfias dedicadas a este delito. O secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luís Paulo Tellez Barreto afirmou que o Brasil quer que a Justiça do continente trabalhe de forma conjunta para combater o tráfico ilícito de armas, permitindo uma resposta coordenada, efetiva e mais ágil contra o crime organizado. (Folha de São Paulo – Brasil – 10/03/04)

Ministra colombiana afirma que guerrilheiros movimentam-se em território brasileiro

O jornal *Folha de São Paulo* divulgou uma entrevista exclusiva da ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Carolina Barco à *BBC Brasil*, na qual a ministra revela que guerrilheiros colombianos, provavelmente membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), estejam movimentando-se em território brasileiro. De acordo com ela, somente com a prevenção e a troca de informações os dois países poderão proteger os 1.645 Km de fronteira que compartilham. Para tanto, a Colômbia tem manifestado interesse em ter acesso às informações do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), pois este serviria para complementar sistemas semelhantes que este país já possui com apoio norte-americano, bem como para exercer um melhor controle da Amazônia, tanto para buscar avanços em relação à biodiversidade, como para barrar a ação do narcotráfico e de outras atividades ilícitas. A relação entre Brasil e Colômbia também foi abordada e, segundo a ministra, esta se fortaleceu com a eleição dos atuais presidentes, Luís Inácio Lula da Silva e Álvaro Uribe, que constantemente se reúnem para analisar e conversar como estão as negociações de temas bilaterais, como segurança, comércio e integração política. Quando foi questionada a respeito do encontro entre membros das Farc e representantes da Organização das Nações Unidas (ONU), que deveria ter ocorrido em território brasileiro no ano passado, a ministra Barco agradeceu o interesse e apoio do Brasil, o qual ofereceu-se para sediar o encontro, porém justificou a não realização deste devido à falta de vontade política das Farc para solucionar o conflito interno colombiano. (Folha de São Paulo – Brasil – 10/03/04)

Sindicato defende que aviação deixe de ser responsabilidade dos militares

Devido ao transtorno causado pela manutenção de equipamentos do Serviço de Proteção ao Vôo de São Paulo, no último dia 08, o presidente do Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo, Uébio José da Silva, defendeu a criação de uma agência civil para fiscalizar os equipamentos de controle de tráfego aéreo e de comunicação, bem como toda a aviação, atualmente sob estrita responsabilidade dos militares. Segundo Uébio, os vários atrasos nos pousos e decolagens do aeroporto de Congonhas nesta semana devem-se à falta de transparência na aviação civil. “A aviação sempre esteve nas mãos dos militares e sempre foi uma caixa preta”, afirmou ele. Em Brasília, o Centro de Comunicação

Social do Comando da Aeronáutica evitou comentar a polêmica. Destacou que a preocupação da Força Aérea Brasileira (FAB) é com a segurança dos passageiros e que não se pode prever problemas como este, por tratarem-se de imprevistos. De acordo com a Aeronáutica, este tipo de manutenção costuma ser feito sem que os passageiros percebam e há equipes disponíveis 24 horas por dia para atender qualquer problema. Em caso de manutenções periódicas, usuários e companhias costumam ser avisados. Uma pane no equipamento que controla a aproximação dos aviões foi descartada pelo Centro de Comunicação, que considera como causa provável do problema uma interferência, causada por descargas elétricas. Por medida de segurança, o intervalo entre pousos e decolagens que era de 2 a 3 minutos foi aumentado para 5 a 10 minutos, causando os atrasos que chegaram a refletir até em outros Estados brasileiros. (O Estado de São Paulo – Cidades – 10/03/04)

Coluna opinativa traz análise a respeito do desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil

Uma coluna opinativa de *O Globo*, neste dia 10, trouxe a análise do engenheiro naval, mecânico e nuclear e vice-almirante na reserva, Othon P. L. da Silva, a respeito da postura brasileira diante das pressões norte-americanas para que o país aceite um protocolo adicional ao Tratado de Não-Proliferação nuclear (TNP), que endureceria as leis aplicáveis ao país, num momento em que o Brasil vem avançando no desenvolvimento de tecnologia para produção de combustível nuclear. Segundo Silva, o Brasil, através do Ministério da Marinha, conseguiu idealizar e dominar a produção nacional de combustível, que é a etapa mais importante da tecnologia nuclear, sempre se submetendo à inspeção. Inicialmente, através de uma agência binacional criada com a Argentina para realizar inspeções nos padrões da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU). E, posteriormente, através da inspeção da própria Agência. Contudo, para o vice-almirante Silva, o governo brasileiro está sendo pressionado pelos EUA para aderir ao protocolo adicional do TNP, que exige tantas inspeções quanto forem arbitradas, em qualquer parte do território considerada suspeita, sem restringir-se às áreas de instalações nucleares. Ainda de acordo com Silva, esta seria uma tentativa norte-americana de impedir o avanço da Usina de Enriquecimento que está sendo construída pelas Indústrias Nucleares Brasileiras (INB) em Resende (RJ), com tecnologia cedida pela Marinha e sob supervisão da AIEA. Primeiro, por uma razão econômica, já que o Brasil dispõe de grandes reservas de urânio e tecnologia própria (comercialmente competitiva) para produção do combustível, deixaria de ser exportador de minério e passaria à condição de “*global player*” no mercado de combustível nuclear. Segundo, por motivo estratégico-militar, pois os artefatos bélicos brasileiros não podem ser considerados como de destruição em massa, porém podem servir como inibidores de concentração de forças, já que artefatos nucleares de baixa potência, localizados no território-alvo de uma operação militar para invasão ou ocupação, inibem a prévia concentração de forças necessária para tal intervenção. Portanto, Silva afirma que “o povo brasileiro [...] tem o direito de resistir às pressões e recusar o protocolo adicional aos acordos de salvaguardas”, bem como “não aceitar vetos sobre atividades pacíficas com grande significado

comercial". Considerando que as normas de inspeção da AIEA, às quais o Brasil está sujeito, são comprovadamente eficientes, bem como o fato de que o país sempre optou por um sério programa de pesquisa e desenvolvimento que levou a melhores resultados técnicos e econômicos, a custos inferiores. (O Globo – Opinião – 10/03/04)

Presidente Lula empossa membros do Conselho da República

Neste dia 10, os membros do Conselho da República foram empossados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Criado em junho de 1990, o conselho é um órgão superior de consulta previsto na Constituição para servir de auxílio ao presidente nos casos de estado de sítio, estado de defesa, intervenção federal ou em questões "relevantes para a estabilidade das instituições". O órgão é composto pelo presidente e o vice-presidente da República, o presidente da Câmara, o presidente do Senado, o ministro da Justiça, e seis cidadãos brasileiros natos com mais de 35 anos de idade, os quais possuem três anos de mandato. Ainda segunda o jornal *Folha de S. Paulo*, os líderes da maioria e da minoria no Congresso também devem integrar o conselho. Durante a solenidade, o presidente reconheceu que o Congresso deu mais importância à inclusão do Conselho da República na Constituição do que o Poder Executivo, que tampouco se preocupou com o assunto. No entanto, Lula garantiu que vai reparar essa falha imediatamente, ouvindo o órgão sobre questões relevantes de interesse nacional. Apenas três dos seis indicados tomaram posse na solenidade: o ex-ministro Almino Afonso, o advogado Aldo Lins e Silva, e o deputado federal Edmar Batista Moreira, do Partido Liberal (PL). Os outros três membros ainda tomarão posse: o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Paulo Brossard, o economista Celso Furtado, e uma terceira autoridade que ainda será nomeada pela Câmara. (Folha de São Paulo – Brasil – 10/03/04; Jornal do Brasil – Brasil – 11/03/04).

Três fuzileiros navais são presos sob suspeita de furtar armas no Rio de Janeiro

Três fuzileiros navais foram presos pelo suposto furto de dez submetralhadoras Beretta (nove milímetros), de uso exclusivo das Forças Armadas, do Centro de Reparos e Suprimentos Especiais (quartel de elite da Marinha), no dia 05, no Rio de Janeiro. A prisão foi determinada pelo comandante do quartel, o capitão-de-mar-e-guerra Nélio de Almeida, baseada na "gravidade do crime e na periculosidade dos acusados". A decisão do comandante foi mantida pela juíza Marilena da Silva Bittencourt, que autorizou a prisão preventiva. Apesar do quartel ficar próximo a duas favelas, a ação não teve participação direta de traficantes, porém de acordo com o serviço de inteligência da Marinha, as armas seriam vendidas para eles. Os fuzileiros estão presos na Ilha das Cobras, onde se localiza o presídio da Marinha. Segundo o jornal *O Globo*, o furto de 12 granadas do 1º Batalhão de Forças Especiais do Exército, supostamente por um sargento, mostra a vulnerabilidade nos quartéis das Forças Armadas. Por sua vez, a *Folha* apresentou a conclusão do grupo de trabalho instituído em 2003 pela procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro da Silva, de que pelo menos 145 armas foram desviadas das Forças Armadas do Estado do Rio de Janeiro desde 1998. (O Globo – Rio – 10/03/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 11/03/04).

Terminam sem sucesso as buscas por ossadas de guerrilheiros do Araguaia

A *Folha de S. Paulo* noticiou que o grupo enviado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos a Xambioá, a 487 km de Palmas, capital do estado de Tocantins, encerrou na quinta-feira (11/03), sem sucesso, os trabalhos iniciados na semana anterior em busca de ossadas de participantes da guerrilha do Araguaia. O trabalho de busca foi realizado em uma área que foi usada como base militar na época da guerrilha que conforme o lembrado pelo jornal, foi um movimento armado de integrantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) que atuou, de 1972 a 1975, no Pará, no Tocantins e no Maranhão e foi derrotado pelas Forças Armadas no contexto da ditadura militar. Dois geólogos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), três antropólogas argentinas, um geneticista, além de integrantes da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e familiares de ex-guerrilheiros estiveram em Xambioá desde a semana passada para realizar as buscas. A ida do grupo ao local aconteceu depois de a revista *Época* revelar declarações de ex-soldados das Forças Armadas sobre possíveis pontos onde estariam enterrados guerrilheiros. Segundo Nilmário Miranda, secretário nacional dos Direitos Humanos, espera-se que mais ex-combatentes se pronunciem em breve, ajudando na solução dos casos de desaparecimento dos corpos. Ele afirmou que a colaboração de militares é reflexo da nova atitude das Forças Armadas. Foi exposto pelos ex-combatentes à *Folha de S. Paulo* que os militares recebiam aulas de táticas de tortura antes de ser enviados à guerrilha, e que eram também submetidos a duros treinamentos para a repressão aos guerrilheiros. Segundo Pedro Corrêa Cabral, coronel da reserva da Aeronáutica e ex-combatente no Araguaia, houve uma operação montada pelas Forças Armadas para eliminar as evidências do conflito. Depois que a guerrilha foi derrotada, as Forças Armadas reuniram informações sobre a localização dos corpos de guerrilheiros e os desenterraram. Para o presidente da Equipe Argentina de Antropologia Forense (Eaaf), Luis Fondebrider, as buscas teriam mais chances de sucesso se os peritos tivessem passado mais tempo na região, conversando com moradores e investigando pistas. Além disto, segundo ele, a escavação deve ser a última etapa de um longo processo de investigação. Ele disse que o caso da guerrilha do Araguaia é complexo, já que ocorreu há quase 30 anos e faltam investigações preliminares. Fondebrider afirmou que sua equipe aceitou vir ao Brasil para auxiliar nas buscas em Xambioá em razão dos pedidos de familiares de desaparecidos e pela existência de informações muito pontuais indicando locais de ossadas enterradas. O argentino acrescentou que antes de serem realizadas escavações tem de haver uma perspectiva histórica, ouvir testemunhas e moradores do local e cruzar hipóteses. Suzana Lisboa, integrante da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, afirmou que não está descartada uma nova ida do grupo a Xambioá. De acordo com ela, o que dificultou o trabalho de buscas a ossadas foi a falta de pontos de referência para se determinar exatamente onde ficaria a sede da base do Exército, o que, para a integrante da comissão, facilitaria a localização das covas. Por meio de uma nota divulgada à imprensa, o secretário Nilmário Miranda afirmou que será realizada, nas próximas semanas, uma reunião entre a Secretaria de Direitos Humanos e membros da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos para uma avaliação dos relatórios das atividades

desenvolvidas em Xambioá. De acordo com a nota, novas ações em busca de ossadas de guerrilheiros desaparecidos estão previstas na região examinada. Segundo ele, é importante para a localização de covas no local que a área seja preservada, a fim de que possa ser realizado um trabalho antropológico a longo prazo. Outra discussão pertinente a este assunto que esteve presente em diversos jornais ao longo desta semana, diz respeito à incineração dos documentos que poderiam conduzir a estudos mais consistentes sobre as mortes na guerrilha. O ministro da Defesa, José Viegas, declarou que toda documentação da Guerrilha do Araguaia foi incinerada “há muitos anos” com base na legislação em vigor. Nilmário Miranda, afirmou, no entanto, que desconhece base legal para a incineração dos documentos referentes à guerrilha, e ainda, ao saber da destruição dos arquivos, declarou não acreditar que isto atrapalharia o trabalho do governo, devido à possível existência de outras formas de se chegar às informações. Uma delas seria buscar a cooperação das pessoas que participaram das mortes e da ocultação dos cadáveres. O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, do Partido dos Trabalhadores (PT), também afirmou que não conhece o embasamento legal para a destruição dos documentos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/03/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 07/03/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 08/03/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 12/03/04; Jornal do Brasil – Brasil – 06/03/04; Jornal do Brasil – Brasil – 11/03/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/03/04; O Globo – O País – 10/03/04).

Ministro da Defesa se pronuncia sobre licitação de caça

De acordo com informações do *Jornal do Brasil*, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, disse durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, ocorrida em 11/03, que o Projeto F-X BR, destinado a adquirir 12 caças supersônicos para a Força Aérea Brasileira (FAB), visa aproveitar ao máximo toda a capacidade industrial e tecnológica do país. A licitação - no valor de US\$ 760 milhões, que recairá no Orçamento da União a partir de 2005 - terá o resultado anunciado até o fim deste mês. Viegas disse que os 12 primeiros aviões representam um "mínimo necessário" para que o Brasil possa exercer o conceito de superioridade aérea, acrescentando que ambiciona para o futuro uma nova aquisição de outras 12 unidades. O processo de compra dos caças de interceptação e defesa do espaço aéreo nacional, especialmente da Amazônia, segundo o ministro, deverá garantir a possibilidade de transferência de tecnologia para o Brasil. Esse quesito será levado em conta na escolha do consórcio que fornecerá os aviões. Outro critério a ser considerado diz respeito à contrapartida comercial. Viegas disse que a capacidade de o Brasil produzir caças supersônicos, nos próximos 30 anos, dependerá do desenvolvimento tecnológico que o projeto F-X impulsionar. Para a venda, concorrem cinco consórcios: dois da Rússia (Mig-29 e Sukhoi-35), um dos Estados Unidos (F-16), um da França (Mirage) e outro da associação entre Inglaterra e Suécia (Gripen). (Jornal do Brasil – Brasil – 12/03/04)

*Informamos que o conteúdo do jornal *O Estado de S. Paulo* não está mais disponível gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem

interesse em receber as notícias deste jornal utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

**O Informe Brasil é um produto do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira, Leonardo Ulian Dall'Evedove (graduandos em Relações Internacionais e bolsistas PIBIC-CNPq) e Érica Cristina A. Winand (mestranda em História). As informações aqui reproduzidas são de inteira responsabilidade dos jornais.